

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.127 - RS (2019/0223436-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : G V DOS S B (PRESO)  
**ADVOGADO** : MICHELINE PANNEBECKER - RS044220  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por G V DOS S B contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0153294-04.2019.821.7000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso temporariamente em 25/2/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (homicídio qualificado tentado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS.*

*DELITOS DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO.*

*Verifica-se que o paciente teve prisão preventiva decretada mediante requerimento do Delegado de Polícia, no que foi este secundado pelo agente do parquet, ocasião em que o magistrado proferiu o decreto de prisão, ora vergastado.*

*Dita decisão, de modo fundamentado, dando por implementados os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do CPP, decretou a prisão como forma de garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, evitando a reiteração da prática de novos delitos, como se extrai dos fundamentos ali invocados.*

*O delito imputado ao paciente prevê a pena máxima superior a quatro anos de reclusão, de modo que cabível a decretação da preventiva com base no artigo 313 - I, do CPP.*

*O âmbito estreito do habeas corpus não comporta aprofundado exame da prova, como esboçado na inicial, inviabilizando que se aquilate acerca da ausência de indícios de participação do paciente nos fatos criminosos.*

*Ainda, afastada a possibilidade de aplicação de alguma das medidas cautelares introduzidas pela Lei nº 12.403/11, diante de sua notória insuficiência e inadequação para o delito de que tratam os autos,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*em se tratando de reincidente. Predicados pessoais favoráveis, se existentes, não constituem obstáculo à manutenção da custódia prévia, nem atenta esta contra o princípio constitucional da presunção de inocência.*

*Assim, não resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.*

*A decisão vergastada se mostra adequada e não enseja alteração, mostrando-se formalmente perfeita.*

*No caso, prestigia-se a visão privilegiada da autoridade apontada como coatora, próxima dos fatos e das pessoas nele envolvidas. Ausência de constrangimento ilegal.*

**ORDEM DENEGADA (fl. 473).**

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que a conduta em tese praticada pelo recorrente não foi individualizada para justificar a imposição da medida extrema. Pondera que inexistem indícios suficientes de autoria.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida (fls. 531/533), as informações foram prestadas (fls. 537/582 e 585/588) e o Ministério Público se manifestou pelo desprovimento do recurso (fls. 590/593).

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, constatou-se que, em 28/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 2.19.0000326-0, foi concedida a liberdade provisória ao recorrente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste recurso, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da irresignação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator